



GERIR UM PROBLEMA INSTITUCIONAL, PARA PREVENIR UM CONFLITO SOCIAL: REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA DE POPULARES CONTRA AGENTES DA POLÍCIA

João Feijó e Jerry Maquenzi

Introdução

Se os cidadãos já estavam familiarizados com situações de abuso de autoridade por parte de forças policiais, nas últimas semanas muitos ficaram surpreendidos com a quantidade de vídeos partilhados nas redes sociais, dando conta de reacções violentas de populares contra agentes da polícia. Depois de se descrever o cenário em torno do qual emergiu um clima de oportunismo e de impunidade no seio de agentes do Estado, este texto procura analisar o impacto que a conduta da polícia tem sobre os cidadãos, num cenário de crise económica, de aumento do desemprego e de actividades informais. O texto presta particular atenção à província de Cabo Delgado, argumentando-se que uma solução do conflito implicará uma reforma nas instituições de defesa e segurança e numa mudança na abordagem de relacionamento com o cidadão.

1. Baixos salários e burocracia: uma receita para o aumento da corrupção

Durante os primeiros 10 anos da independência, o Estado constituiu-se como a *driving force* da economia, assumindo-se como o principal empregador, com capacidade de atrair quadros jovens qualificados e entusiastas, nacionais e estrangeiros. Os salários relativamente atractivos na função pública contrastavam com a falta de bens de consumo disponíveis no mercado, sobretudo para quem não tinha hipótese de acesso às lojas francas ou dos responsáveis.

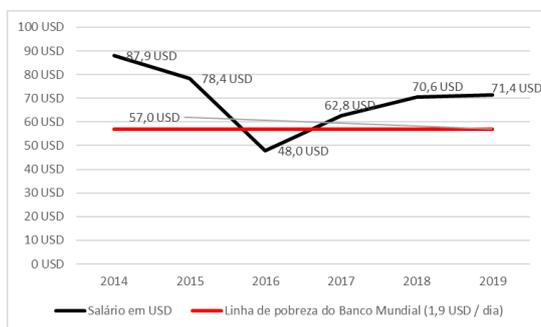
As reformas impostas pelo FMI traduziram-se na diminuição dos gastos públicos, na desvalorização do metical e na diminuição do salário real dos trabalhadores da função pública. Paradoxalmente, à medida que se assistia a um aumento da oferta de bens de consumo nos mercados, diminuía drasticamente a capacidade de aquisição de bens importados. Se, em 1991, o intervalo salarial dos funcionários públicos oscilava entre 31 USD e 500 USD mensais, cinco anos depois o intervalo diminuía para entre 20 USD e 150USD mensais (Hanlon, 1996: 16). Funcionários públicos nos sectores da saúde e da educação caíram abaixo do nível da pobreza e viram-se obrigados a acumular horas de serviço em unidades privadas ou a exigir receitas ilícitas pelos seus serviços (Hanlon, 1996: 16). O resultado foi a escalada da corrupção e a vulgarização da expressão *“o cabrito come onde está amarrado”*.

Estudos conduzidos a nível nacional sobre a percepção dos cidadãos relativamente à governação revelam um cenário de corrupção generalizada. A análise do Centro de

Estudos Estratégicos e Internacionais (CEEI, 2011), realizada em 2010, mostra que a corrupção em Moçambique era considerada um problema *“grave”* ou *“muito grave”* por mais de 70% dos inquiridos. Mais de metade da população considerou o nível de corrupção *“alto”* ou *“bastante generalizado”*. A polícia de trânsito aparecia no topo dos serviços considerados de *“má qualidade”*. As causas da corrupção foram associadas aos baixos salários dos funcionários públicos (47,1%), à ausência de um sistema eficaz de denúncia de práticas de corrupção (29,9%) e à falta de transparência e prestação de contas no processo político (23,6%). Na perspectiva dos inquiridos, a iniciativa de pagamentos extra ou de suborno parte do interessado pelos serviços públicos (48,9%), mas também do funcionário (38,2%) que indica ou solicita o pagamento. A lentidão dos procedimentos burocráticos e a necessidade de acelerar a resolução das suas preocupações tendem a forçar os cidadãos a envolverem-se em esquemas de corrupção.

As condições salariais voltaram a agravar-se a partir de 2016, na sequência do escândalo das *“dívidas ocultas”*, da interrupção do apoio dos doadores ao Orçamento de Estado e consequente estagnação dos salários dos funcionários públicos, num contexto de desvalorização do metical e de aumento da inflação. O resultado foi a diminuição do salário real dos funcionários do Estado (ver gráfico 1):

Gráfico 1: Evolução do salário mínimo na função pública (2014-2019)



Fonte: <https://meusalario.org/mocambique/salario/sector-publico-mocambique/>

2. O oportunismo nas forças de defesa e segurança

Os baixos salários dos agentes dos vários ramos da polícia coexistem com políticas municipais de expulsão de comerciantes informais das artérias urbanas, com cenários de burocracia e morosidade na legalização e tramitação de documentos, com a existência de um parque automóvel com problemas de manutenção e incapaz de cumprir os preceitos legais para circulação. O cidadão comum familia-

rizou-se com acções de fiscalização policial, geralmente envolvendo comportamentos oportunistas por parte dos agentes da autoridade. Vídeos circulam nas redes sociais revelando agentes da polícia a solicitar valores monetários a automobilistas, ou agentes da polícia municipal a confiscar produtos alimentares a vendedores informais, sem outra alternativa de sobrevivência. A situação agravou-se, em 2020, com as sucessivas declarações de Estado de Emergência, em virtude do COVID19. Perante as câmaras da televisão, agentes da polícia municipal não se inibiram de confiscar bebidas alcoólicas e produtos alimentares, sem inventariar a mercadoria apreendida, em claro prejuízo de vendedores afectados pela crise.

Ao longo do último ano têm vindo a público notícias sinistras de envolvimento de segmentos da polícia em negócios de raptos (Miguel, 12.07.2021), de exigência de valores monetários ou favores sexuais para admissão de candidatos inelegíveis na escola prática da polícia de Matalane, na Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) e nos centros de instrução básica militar (Omar, 11.08.2020). Em Junho de 2021, um relatório do Centro de Integridade Pública (2021) revela a existência de fenómenos de abuso sexual de reclusas no estabelecimento prisional de Ndlavela, por parte de funcionários do Ministério da Justiça.

Não obstante os salários das FDS não serem particularmente atractivos, a realidade é que constituem uma alternativa de emprego para muitos jovens, sobretudo considerando as oportunidades informais e ilegais despoletadas por esta profissão. Perante os baixos salários praticados na função pública e de forma a evitar problemas de contestação laboral, o Estado vem-se revelando pouco assertivo na fiscalização e controlo de fenómenos de oportunismo por parte dos agentes da polícia, a partir dos quais conseguem recuperar algum poder de compra, numa emergente sociedade de consumo.

3. Saturação da população e emergência de sentimentos de “State against the people” no Norte de Moçambique

Se até meados da década de 2010, uma fatia importante da juventude de Cabo Delgado vinha encontrando no abate ilegal de madeira ou no garimpo uma importante fonte de rendimento, a partir de 2016, assistiram-se a tentativas de fiscalização destas actividades, frequentemente de forma repressiva. Em torno das minas de Namanhumbir ficaram célebres acções das FDS de extorsão de valores a garimpeiros, confiscação de telefones e veículos motorizados,

posteriormente distribuídos entre os agentes do Estado, para além de agressões físicas e destruição de habitações. Na exploração de recursos naturais, estas acções tiveram um profundo impacto sobre a microeconomia local, afectando dezenas de milhares de jovens que viam no abate de madeira e na mineração artesanal e actividades complementares (identificação, corte e carregamento de madeira; transporte, confecção de alimentos e venda produtos diversos a garimpeiros, etc.) a sua subsistência.

Nos anos seguintes, a intensificação do conflito militar pelo Nordeste de Cabo Delgado foi responsável pela paralisação de actividades económicas, forçando a deslocação de centenas de milhares de indivíduos. Não obstante os grandes responsáveis pela violência constituírem o grupo de insurgentes armados, o desempenho das forças de segurança tem merecido inúmeros reparos. Os baixos salários dos agentes das FDS e os problemas logísticos enfrentados, a despreparação para uma guerra de guerrilha, o stress resultante do sentimento de incerteza, a cultura de violência e de frequente impunidade, e a ausência de sentido institucional reúnem um terreno fértil para atitudes de oportunismo. Têm sido largamente documentadas situações de exigência de guias de marcha, impossíveis de obter em contexto de conflito, para posterior extorsão de valores monetários (Omar, 17.01.2019), episódios de agressividade ou execuções sumárias de populações suspeitas (*Human Rights Watch*, 04.12.2018; Amnistia Internacional, 15.09.2020) ou participação em saques após os ataques (Mosse, 02.06.2021).

A declaração de Estado de Emergência traduziu-se na cobrança de valores monetários a qualquer cidadão que, por motivos diversos, foi impossibilitado de cumprir o recolher obrigatório. Os cidadãos familiarizaram-se com acções de fiscalização da polícia de trânsito a motociclistas, exigindo documentos e subornos ou confiscando viaturas irregulares. Por sua vez, a polícia municipal tem intervindo sobre vendedores comerciais, impedindo a sua actividade à porta dos mercados, num cenário em que não existem espaços disponíveis no seu interior, confiscando as respectivas mercadorias, raramente as devolvendo, sobretudo quando se tratam de produtos alimentares. Estas acções têm um impacto negativo sobre jovens locais que encontram nestas actividades informais (transporte e comércio) uma das poucas alternativas de sobrevivência.

A situação agrava-se perante a dificuldade de acesso à justiça e consolidação da impunidade. Para além de agravar fenómenos de exclusão socioeconómica, a conduta de funcionários públicos (precisamente os que deveriam servir e proteger o cidadão) alimenta sentimentos de desconfiança em relação ao Estado, potenciando o recrutamento de jovens para grupos radicais e violentos.

As zonas (peri)urbanas tornam-se "socialmente sísmicas", aumentando os riscos de surtos de violência, mais ou menos regulares. A realidade é que, ao longo dos meses de Junho e de Julho de 2021, têm sido partilhados inúmeros vídeos nas redes sociais dando conta de reacções violentas de civis a polícias municipais, polícias de trânsito ou polícias da República de Moçambique, um pouco por todo o país, incluindo em Cabo Delgado. Partilham-se cinco exemplos:

Não existindo informação acerca do contexto em que se desenrola a situação, os [vídeo 1](#) e [vídeo 2](#) documentam uma reacção popular de profunda desaprovação e de

revolta contra a atitude de agentes da polícia, expressa em veementes condenações verbais da sua conduta e sua agressão física.

Filmado em Mocuba, no [vídeo 3](#) populares impedem um agente da polícia municipal de prosseguir o seu caminho na motorizada que havia apreendido a um cidadão, retirando-lhe o próprio veículo.

O [vídeo 4](#) documenta a uma revolta popular no exterior do mercado Maringué na cidade de Pemba, desencadeada após vários agentes da polícia militar terem confiscado a mercadoria de um vendedor de roupa usada, por exercer a actividade na via pública. De acordo com fontes oculares, os comerciantes alegraram a indisponibilidade de espaços no interior do mercado municipal e o facto de se exercer, há várias décadas, a actividade de venda informal nos passeios exteriores. Perante a intransigência dos agentes da polícia, os ânimos exaltaram-se. Alguns dos agentes da polícia fugiram do local na viatura do município, tendo os dois polícias que permaneceram sido violentamente agredidos pelos populares, com murros e pontapés. O vídeo circulou nas redes sociais e em páginas do Facebook. A maioria dos comentários apoiava a violência popular contra os agentes da autoridade.

No [vídeo 5](#), cerca de 30 taxistas de motorizada, que operam no município de Montepuez, vandalizaram a residência de um polícia de trânsito local. De acordo com fontes no terreno, o agente em questão vinha interpellando vários motoristas na via pública, em busca de irregularidades, exigindo subornos não inferiores a 500 meticais, valor correspondente à receita diária exigida pelos proprietários da motorizada. A apreensão da motorizada e detenção de um condutor, que transportava um doente e um terceiro passageiro que o segurava na moto, foi geradora de grande animosidade entre taxistas. O agente da polícia fugiu num carro da PRM até à esquadra, onde foi agredido pelos motoristas de táxi que o perseguiram. Em seguida, os motoqueiros dirigiram-se à sua residência, vandalizando portas e janelas.

Considerações finais

Num cenário de aumento de desemprego e de, consequentemente, maior actividade no sector informal, desencadearam-se diversas tentativas de formação de actividades económicas e de reorganização urbana, implicando uma maior pressão das forças de fiscalização e segurança sobre os estratos sociais particularmente afectados pela crise económica.

Durante o Estado de Emergência intensificaram-se acções de fiscalização, protagonizadas por corporações policiais cujos comportamentos têm sido marcados pelo excesso de zelo, pela brutalidade, pelo desconhecimento da lei ou por oportunismo. Funcionários públicos, que viram o seu salário real diminuir consideravelmente com a crise económica, encontraram nestas acções de fiscalização uma oportunidade de recuperação do poder de compra, perdido com a crise orçamental. A ausência de apoios públicos à reestruturação socioeconómica dos cidadãos é agravada pela perseguição de agentes da polícia a sectores sociais mais vulneráveis, num cenário de oportunismo generalizado, contribuindo para a geração de sentimentos de revolta em relação ao Estado. Em virtude das consequências da instabilidade militar, este fenómeno é ainda mais delicado em Cabo Delgado. Excessos de zelo dos agentes da

polícia intensificam sentimentos de "Estado contra a população". Em vez de se ignorar ou camuflar este fenómeno, torna-se fundamental conferir-lhe maior atenção, com todo o sentido de Estado e devida sensibilidade. O fim do conflito no Norte de Moçambique implica a conquista da confiança das populações, pelo que tentativas de formalização e de apertada fiscalização de actividades económicas são inoportunas num contexto de crise. A redução das redes de recrutamento para grupos violentos e a obtenção da paz implicarão uma reforma profunda dentro das forças de defesa e segurança, revendo a respectiva abordagem para com o cidadão. O Estado deverá conseguir promover uma disciplina laboral, para evitar a propagação de um conflito social.

Bibliografia

AMNISTIA INTERNACIONAL (15.09.2020) "Moçambique: vídeo com execução de mulher prova mais uma vez violações de direitos humanos pelas forças armadas", disponível em <https://www.amnistia.pt/mocambique-video-com-execucao-de-mulher-prova-mais-uma-vez-violacoes-de-direitos-humanos-pelas-forcas-armadas/>, acesso a 24.02.2020.

CEEI - Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (2011) *Segunda Pesquisa Nacional sobre Governação e Corrupção*. Maputo. Instituto Superior de Relações Internacionais.

CIP (2021) "Investigação Jornalística: Exploração Sexual de Reclusas na Cadeia Feminina de Ndlavela" in *Jornalismo Investigativo*, nº 1, disponível em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/06/Explorac%C3%A7%C3%A3o%20Sexual.pdf>, acesso a 12.07.2021.

HANLON, Joseph (2016) "Following the donor-designed path to Mozambique's \$2.2 billion secret debt deal" in *Third World Quarterly*, disponível em <http://www.tandfonline.com/10.1080/01436597.2016.1241140>.

HUMAN RIGHTS WATCH (04.12.2018) "Moçambique: Suspeitos de insurgência abusados por forças de segurança", disponível em <https://www.hrw.org/pt/news/2018/12/04/324763>, acesso a 01.03.2021.

MIGUEL, Ramos "Sem purificar as fileiras da polícia não será possível combater raptos em Moçambique" in *Voa Português*, disponível em <https://www.voaportugues.com/a/sem-purificar-as-fileiras-da-pol%C3%ADcia-n%C3%A3o-ser%C3%A1-poss%C3%ADvel-combater-raptos-em-mo%C3%A7ambique-analistas-5954112.html>, acesso a 12.07.2021.

MOSSE, Marcelo (02.06.2021) "Palma a saque: militares do exército 'varrem' tudo, incluindo bancos (BCI e Standard Bank)" in *Carta de Moçambique*, disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/8042-palma-a-saque-militares-do-exercito-varrem-tudo-incluindo-bancos-bci-e-standard-bank>, acesso a 12.07.2021.

OMAR, Omardine (11.08.2020) "Sobre as 'grávidas' de Matalane: negociatas levaram à entrada de instruendas já em fase avançada de gestação", in *Carta de Moçambique*, disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/5827-sobre-as-gravidas-de-matalane-negociatas-levaram-a-entrada-de-instruendas-ja-em-fase-avancada-de-gestacao>, acesso a 12.07.2021.

OMAR, Omardine (17.01.2019) "Agentes do Semic em Cabo Delgado acusados de chantagem e corrupção" in *Carta de Moçambique*, disponível em <https://www.cartamz.com/~cartamz/index.php/politica/item/711-agentes-do-semic-em-cabo-delgado-acusados-de-chantagem-e-corrupcao>, acesso a 12.07.2021.